

AO COMITÊ GESTOR DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CGAI

ASSUNTO: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO TEMPESTIVAMENTE, DE DOCUMENTOS, OFÍCIOS, EMITIDOS PELA DIRIGENTE, MARIA LÚCIA PORTO DE LUCENA, DA UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL, ESCOLA POETA CARLOS PENA FILHO, REFERENTE À PROFESSORA, (nome ocultado), PERÍODO de 2015, 2016 e 2017.

(nome ocultado), na qualidade de solicitante, vem mui respeitosamente e dentro do prazo legal, com fundamento na Lei **12.527 de 18 de novembro de 2011**, interpor **RECURSO**, o que o faz, requerendo sejam suas razões, em anexo, recebidas e encaminhadas à Superior Instância, para que delas tome conhecimento e lhes dê provimento.

RAZÕES DO RECURSO

Observou-se que não constam na resposta, em primeira instância, o conjunto documental de registro produzido, Ofícios emitidos **anteriores e subsequentes** à Sindicância, ou seja, período de 2015, 2016 e contemporâneos, 2017.

Restou-se indiscutível que os protocolos de recebimentos por agentes públicos ou autoridades responsáveis não estão compatíveis com os preceitos explicitados nas normas técnicas da Comunicação Oficial da Administração Pública. Em determinados protocolos, foi identificado apenas o primeiro nome, estando ausente a função ou cargo do recebedor. Outros documentos foram omitidos a identificação da autoridade recebedora.

Considerando que os dados constantes na resposta não incluíram as informações solicitadas, reitero o pedido de acesso à informação.

Recife, 10 de novembro de 2017

Professora